



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



Certificação pública da produção orgânica no Estado de Minas Gerais, sudeste do Brasil.

Public certification of organic agriculture in the state of Minas Gerais, southeast of Brazil.

GOMES, Mariano¹; GUIMARÃES, Lucas Silva Ferreira¹; LAGE, Marcela Ferreira Rocha¹; FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa².

¹ Fiscal Agropecuário - Instituto Mineiro de Agropecuária, marianouai@yahoo.com.br, ¹ Fiscal Agropecuário - Instituto Mineiro de Agropecuária, lucasuai@yahoo.com.br, ¹ Fiscal Agropecuário - Instituto Mineiro de Agropecuária, marcelaufv@yahoo.com.br; ² Pesquisadora da PESAGRO-RIO, ffonseca@webcorner.com.br

Tema Gerador: Políticas Públicas e Conjuntura

Resumo

A certificação pública da produção orgânica ocorre em poucos Países, dentre eles o Brasil. O objetivo do trabalho foi avaliar a certificação pública orgânica realizada pelo IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária), que no caso dos agricultores familiares está isenta da taxa de certificação. Embora o número de agricultores familiares certificados pelo IMA seja pequeno (25 agricultores) em relação ao total destes no Estado, a parceria IMA e EMATER-MG permitiu em 2016 o acesso de mais agricultores a certificação orgânica, e mostra a importância da integração das políticas de agroecologia e produção orgânica. O número de produtores orgânicos certificados por auditoria no período de 2014 a 2016 reduziu em mais de 36% no Estado. Por outro lado, houve crescimento superior a 2,4 % dos agricultores familiares vinculados a OCS (Organizações de controle social), e superior a 195% ligados aos SPG (Sistemas participativos de garantia). Os maiores desafios são as políticas públicas integradas para agroecologia e produção orgânica.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Avaliação da conformidade orgânica; Regulamentação da produção orgânica, assistência técnica e extensão rural

Abstract

The public certification of organic production occurs in few countries, among them Brazil. The objective of this work was to evaluate the organic public certification carried out by the IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária), which in the case of family farmers is exempt from the certification rate. Although the number of family farmers certified by the IMA is small (25 farmers) compared to the total number of farmers in the State, the IMA and EMATER-MG partnership allowed more farmers access to organic certification in 2016 and shows the importance of integrating policies Agroecology and organic production. The number of organic producers certified by audit in the period from 2014 to 2016 has reduced by more than 36% in the State. On the other hand, there was more than 2.4% growth of family farmers linked to OCS (social control organizations), and more than 195% related to SPG (Participatory guarantee systems). The major challenges are the integrated public policies for agroecology and organic production.

Keywords: Family Agriculture; Assessment of organic compliance; Regulation of organic production, technical assistance and rural extension



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



Introdução

A produção orgânica e os mercados de produtos orgânicos, a partir da década de 80 ganharam visibilidade e espaço com a institucionalização de regulamentação técnica, mas também de políticas públicas nos países de alta renda. Mas sua história começa no início do século passado, na contramão desse sistema de produção intensivo, as práticas das agriculturas alternativas, que hora estavam esquecidas, retomam com grande intensidade e são construídas inovações tecnológicas e sociais. O objetivo desse trabalho é caracterizar a certificação pública da produção orgânica realizada no Estado de Minas Gerais, pelo IMA. O intuito é estabelecer o cenário da avaliação da conformidade orgânica no estado, identificar os gargalos e as oportunidades para a melhoria dos serviços de certificação (ferramenta de avaliação da conformidade) e a melhoria do acesso a certificação pública pelos produtores orgânicos (familiares ou não), visando disponibilizá-la de forma eficiente contribuindo para o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica no estado de Minas Gerais, conforme estabelecido em 2014 na Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (ROCHA, 2016).

Metodologia

Para desenvolvimento do trabalho, analisamos os dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) do MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento), disponível na internet. Baseou-se também nas Dissertações dos autores, aprovadas no Programa de Pós Graduação em Agricultura Orgânica (PPGAO), grau de mestre, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRuralRJ), Embrapa Agrobiologia.

Resultados e Discussões

Certificação Pública da Produção Orgânica no Brasil

Conforme relata Jespersen (2011), a certificação pública da agricultura orgânica no mundo ocorre apenas na Dinamarca e é subsidiada em outros países como Alemanha, Itália e Reino Unido. O Brasil é um dos poucos países no mundo aonde a certificação da produção orgânica vem sendo desenvolvida por organizações públicas e privadas (GOMES, 2016). O autor observou que no apoio a institucionalização da regulamentação brasileira, existiram subsídios federais à adoção da certificação orgânica para produtores, e, o IMA isenta os agricultores familiares de algumas taxas. Ainda assim, o número de produtores certificados é pequeno, frente às possibilidades de um País Continental e as potencialidades identificadas no Censo Agropecuário do IBGE em



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



2006. A questão da independência dos OAC (Organismo de Avaliação da Conformidade) vem sendo questionada (FONSECA, 2005; GOULD, 2015) e gera controvérsias já que um OAC privado é diretamente dependente de seus clientes (seus produtores certificados) como geradores de seus recursos. Até que ponto vai a independência dessa organização quando parte de seus recursos para sua permanência no mercado da certificação estão diretamente ligados a atividade de certificação?

Essa situação assume outros contornos quando temos órgãos públicos como certificadoras. Essas organizações não dependem do número de produtores ou organizações certificadas para se financiar, principalmente a mão de obra técnica especializada, de alto custo. O provedor de seus recursos são os órgãos dos governos municipal, estadual ou federal. Os valores cobrados são estipulados via legislações próprias e orçamentos definidos, para cobrirem as despesas do processo e não tem objetivo de lucro. O pagamento de funcionários, estrutura física e demais demandas necessárias a sua manutenção não estão vinculados aos seus certificados. Os riscos de um OAC público dizem respeito a morosidade do processo e nas tomadas de decisões, a necessidade de concurso público para a contratação de funcionários e a mudança de governo que pode achar que não é função pública oferecer os serviços de certificação. Mas a principal oportunidade, está na parceria com órgãos de ATER (públicos e privados) no apoio a conversão para a produção orgânica.

De acordo com o CNPO, em 2016 o Brasil contava com 08 organismos de avaliação da conformidade orgânica (OAC) credenciados no MAPA sendo 05 privados (62%) e 03 públicos (38%): Agricontrol LTDA (OIA), Ecocert Brasil Certificadora LTDA., IBD Certificações, IMO Certificações, Instituto Chão Vivo de Avaliação da Conformidade Instituto de Tecnologia do Paraná- TECPAR, Instituto Mineiro de Agropecuária- IMA e Instituto Nacional de Tecnologia- INT (GOMES, 2016). Conforme observou Gomes (2016), do total de agricultores/estabelecimentos credenciados para produção orgânica no Brasil (13.065), apenas 2,22%, são certificados pelas instituições públicas (IMA, INT e TECPAR), sendo um total de (290) agricultores/estabelecimentos, os demais (42,75%) 5.649 agricultores, estão vinculados as demais (05) cinco certificadoras privadas credenciadas pelo MAPA para a certificação orgânica. Os dados mostram o quanto a certificação pública precisa avançar, frente a demanda dos mercados de produtos orgânicos, que cresce entre 25 e 30% ao ano, e o número de agricultores familiares no País. Dessa forma, é necessário buscar informações e refletir sobre os problemas e as demandas, para entender o número reduzido de estabelecimentos/ produtores certificados pelas instituições públicas, com objetivo de identificar possíveis gargalos ou



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



dificuldades frente às demandas e aumentar o quantitativo de produtores certificados, sem esquecer que no mundo a certificação pública ocorre em poucos países europeus além das políticas subsidiadas para agricultura.

Certificação Pública em Minas Gerais

O IMA é autarquia, vinculada a Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA - MG), credenciado no estado para a certificação da produção orgânica. Foi criado em 07 de janeiro de 1992 pela Lei Estadual N°10.594 que foi regulamentada inicialmente pelo Decreto Estadual N° 33.859 de 21 de agosto de 1992. Conforme determina a Lei Delegada n° 180 de 20 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais (GOMES, 2016). O IMA tem por finalidade executar as políticas públicas de produção, educação, saúde, defesa e fiscalização sanitária animal e vegetal, bem como a certificação de produtos agropecuários no Estado, visando à preservação da saúde pública e do meio ambiente e o desenvolvimento do agronegócio, em consonância com as diretrizes fixadas pelos governos estadual e federal. Após a publicação da Lei Federal n.10.831/2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica no Brasil, o IMA em 2004, através da Portaria n° 654, publica o regulamento técnico para a produção vegetal em sistemas orgânicos para fins de certificação e dá outras providências. Em 2005, através da portaria IMA n° 713 de junho de 2005, já buscava regulamentar a produção orgânica no estado (GUIMARÃES, 2016). Dessa forma, o Instituto busca legalizar os produtores (familiares ou não) visando a qualificação de seus produtos com a regulamentação da produção orgânica, antes finalizar a regulamentação federal que aconteceu em 2009, após longa discussão entre público e representantes da sociedade civil organizada.

Para além da análise do CNPO do MAPA, podemos avaliar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica por outros dados, como por exemplo: o acesso dos agricultores familiares aos mercados institucionais prioritariamente aos produtos orgânicos controlados, ou mesmo, a publicação em 2014 da primeira política estadual de agroecologia e produção orgânica no Brasil, a lei 21.146, de 14 de janeiro (MINAS GERAIS, 2014). Esta política foi construída com a participação de diversas entidades, dentre estas o IMA, através do seu representante no CEDRAF (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável), de acordo com os princípios da PNAPO - Política Nacional da Agroecologia e da Produção Orgânica (LAGE, 2016). O Plano estadual de Agroecologia e da produção Orgânica ainda não foi elaborado, e, portanto, não sabemos se haverá apoio à certificação orgânica ou a outros mecanismos de avaliação da



conformidade orgânica, como os SPG e OCS. Cabe destacar que, para os agricultores familiares que atendam os requisitos, descritos no artigo 2º da Portaria do IMA nº 1357, de 23 de outubro de 2013 (GOMES, 2016), estão isentos da taxa de certificação.

Apesar de todos os avanços na legislação estadual e do credenciamento do IMA para a certificação da produção orgânica, o estado ainda possui número pequeno de agricultores orgânicos certificados, principalmente pelo IMA, que tem um dos custos mais baixo para a certificação por auditoria. Conforme observamos no quadro nº. 01 a seguir, o número de produtores vinculados a certificação no período de 2014 a 2016, reduziu em mais de 36% em Minas Gerais. Por outro lado o número de agricultores familiares vinculados a OCS cresceu 2,4%, enquanto que os produtores vinculados a SPG cresceu em mais de 195,1% no mesmo período. Cabe destacar ainda, que no Brasil no período houve crescimento em todos os sistemas de avaliação da conformidade, com destaque maior para a certificação, diferente do que aconteceu em Minas Gerais, em que houve decréscimo nesse escopo.

Quadro nº 01. : Evolução do CNPO por tipo de mecanismo de avaliação da conformidade (OCS, OAC, OPAC) no Brasil e Minas Gerais, (2014 e 2016).

| Mecanismo de avaliação da conformidade | Nº produtores orgânicos no Brasil | | Crescimento | Minas Gerais | | Crescimento |
|--|-----------------------------------|---------------|--------------|--------------|------------|-------------|
| | Dez 14 | Mai 16 | | Dez 14 | Mai 16 | |
| Certificação | 4.593 | 5.879 | 28,0% | 252 | 161 | - 36,1% |
| OCS | 3.096 | 3.750 | 21,1% | 83 | 85 | 2,4% |
| SPG/OPAC | 3.030 | 3.427 | 13,1% | 62 | 183 | 195,1% |
| Total | 10.720 | 13.065 | 21,8% | 397 | 429 | 8,0% |

Fonte: os autores baseados em GOMES (2016).

O fato de em Minas Gerais ter diminuído o número de produtores certificados pode ter diversas causas que merecem ser investigadas, mas que não foram objeto deste estudo (por exemplo, pela pausa no fomento à certificação fornecido pelo SEBRAE com recursos MDA ou pelo fomento a outros mecanismos de avaliação da conformidade orgânica; pela diminuição da exportação de produtos orgânicos – café; pela possibilidade de venda direta sem certificação pelos agricultores familiares para os mercados institucionais, feiras, compras coletivas). Cabe ressaltar a parceria IMA/EMATER-MG que possibilitou em 2016 o aumento do número de agricultores familiares certificados no Estado, passando de 08 em 2014 para 25 produtores certificados em 2016.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



Considerações finais

A certificação realizada pelo IMA apresenta-se vantajosa para os produtores com relação aos custos dos serviços, uma vez que o preço praticado é menor (aproximadamente $\frac{1}{3}$) quando comparado com outros órgãos públicos (INT, TECPAR). É uma alternativa para os agricultores familiares do Estado que estão isolados e precisam vender sua produção agrícola de forma indireta (supermercado, exportação), quando necessitam a certificação dos seus produtos. A manutenção da certificação pública na produção orgânica é um desafio às organizações que a desenvolvem, primeiramente pelo baixo quantitativo de clientes face o potencial, bem como pela prioridade do IMA, que é a fiscalização. Contudo a instituição vem capacitando seu corpo técnico para esse desafio, atualmente são cinco servidores no Mestrado em Produção. Conforme, Gomes (2016), o número de agricultores familiares certificados em Minas Gerais é muito pequeno (25 agricultores) em relação ao total de agricultores familiares do estado (866 mil), com potencial de crescimento enorme. Contudo, a fim de ampliar este número, há necessidade de parceria com a assistência técnica (ATER) e em todas as fases do processo da produção, sendo um instrumento para auxiliar os produtores (familiares ou não) no cumprimento das legislações específicas para a produção orgânica, na construção do conhecimento agroecológico e no acesso aos canais de comercialização. É necessário trabalhar em consonância com a EMATER-MG, a fim de aumentar o quantitativo de produtores certificados (GOMES, 2016). Um exemplo de experiência que deu certo foi a parceria do IMA com a EMATER, no programa Certifica Minas Café, que foram mais de 1.500 propriedades certificadas, aliadas a ATER, mostrando como a certificação abre as portas aos produtores, dependendo do local do estabelecimento rural, do tipo de produto, da organização social e do canal de comercialização escolhido.

Referencias

FONSECA, M.F. de A.C. **Institucionalização dos mercados da agricultura orgânica no mundo e no Brasil: uma interpretação.** Rio de Janeiro, UFRuralRJ/CPDA, 2005. 505p. Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

GOMES, Mariano. **Certificação Pública dos Produtos Orgânicos: O caso do IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária.** 2016. 141f. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



GOULD, D. **The organic market framework:** becoming organic 3.0. In: WILLER, H.; LENOURD, J. The world of organic agriculture. Statistics and emerging trends. Frick/Berlin: FiBL/IFOAM, 2015. p. 137-140. Disponível em: < <http://www.organic-world.net/yearbook-2015.html>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

GUIMARÃES, Lucas Silva Ferreira. **Análise Crítica de Processos de Certificação por Auditoria em Organismo Público de Avaliação da Conformidade Orgânica do Estado de Minas Gerais.** 2017. 124f. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

JESPERSEN, L. M. **Organic certification in selected European countries:** control fees and size of the sector. Derivable 8. Project CERTCOST. Frick: FiBL, ICROF, 2011. 80 p. Disponível em: < <https://shop.fibl.org/fileadmin/documents/shop/1698-organic-world-2016.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2017.

LAGE, Marcela Ferreira Rocha. **O Mercado Orgânico de BH:** Um estudo de Caso das Feiras Orgânicas Municipais. 2016.60f. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

MINAS GERAIS. Lei nº 21.146, de 14 de janeiro de 2014. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – **Peapo** - e dá outras providências. Belo Horizonte: DOE. 2014. Disponível em: http://cimos.blog.br/wp-content/uploads/2014/01/caderno1_2014-01-15-2.pdf. Acesso em 12 de abril de 2016.